ATA DE NÚMERO 3193, da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ, ESTADO DO PARANÁ, em Sessão Ordinária realizada em 30 de novembro de 2015. Teve início às 20h00min, com a presença de todos os vereadores. **PEQUENO EXPEDIENTE**: O presidente deu início a presente sessão. Passou a palavra ao secretário que fez a leitura da Ata, aprovada por unanimidade. Requerimentos nº. 401 e 403/2015, autores vereadores Walcir Joaquim, Rogério Frutuoso, João Antônio Tinelli e Raffaello Frascati, enviados à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Requerimento nº. 402/2015, autores vereadores Walcir Joaquim, Rogério Frutuoso e João Antônio Tinelli, enviado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Infraestrutura; Requerimento nº. 399/2015, autores vereadores Rogério Frutuoso, Walcir Joaquim e João Antônio Tinelli, enviados ao Chefe do Executivo Municipal; Requerimento nº. 400/2015, autores vereadores Rogério Frutuoso, Walcir Joaquim e João Antônio Tinelli, enviado ao Presidente da Câmara Municipal. Convite para reuniões dia 01º e 02 de dezembro para discussão dos Projetos de Lei. Inventário dos bens patrimoniais da Câmara Municipal. Leitura de abaixo-assinado da Unidade Básica de Saúde da Vila Rubim. Projeto de Lei nº. 023/2015, autor Executivo, enviado para Ordem do Dia. Conclusão da Comissão Especial de Inquérito: Inicialmente, deve-se ponderar que o objetivo da Comissão Especial de Inquérito é “apurar fato determinado”, conforme art. 33, da Lei Orgânica Municipal e art. 63, do Regimento Interno desta Câmara. Observa-se, pois, que não está dentro de suas atribuições o julgamento de eventuais responsáveis pelas irregularidades apuradas. Sendo assim, passa-se a descrever, em conclusão, os fatos e irregularidades que, segundo os membros desta Comissão, restaram demonstrados durante os seus trabalhos. Foi constatada a existência de irregularidades nas licitações investigadas, quais sejam, os Pregões Presenciais nº 08/2015, 14/2015 e 19/2015, consistentes no favorecimento e direcionamento do resultado das licitações em favor da sociedade empresária Reis e Filhos S/S LTDA ME, que se sagrou vencedora nos três procedimentos. Isso pode ser aferido de todo o conjunto de provas produzidas durante o trabalho da Comissão, senão vejamos: As licitações apontadas tiveram início, ou seja, foram provocadas diante de solicitações formuladas pela Secretaria de Infraestrutura: os Pregões nº 08/2015 e 14/2015 foram solicitados pelo Secretário Interino Carlos Alberto Silva de Oliveira (itens 3.3.1 e 3.3.2) e o Pregão nº 19/2015 foi solicitado pela Secretária Maira Medeiros Haggi (item 3.3.3). Nestes processos licitatórios (item 3.3),

foram apresentados pregões de quatro empresas: a- “Luciana Oliveira de Almeida da Silva ME” (Pregões nº 08/2015, 14/2015 e 19/2015); b- “Varasquim Construções Civil ME” (Pregões nº 8/2015 e 14/2015); c- “Valdir Rosa Junior ME” (Pregão nº 19/2015); e d- Reis e Filho S/S LTDA ME (Pregões nº 08/2015, 14/2015 e 19/2015). Ocorre que os orçamentos de Luciana Oliveira de Almeida da Silva ME, Varasquim Construções Civil ME e Valdir Rosa Junior ME apresentam irregularidades. Todos os orçamentos listados estavam sob a responsabilidade da Secretária de Infraestrutura Maira Medeiros Haggi, inclusive aqueles alusivos às solicitações do Secretário Interino Carlos Alberto Silva de Oliveira (itens 3.5.3 e 3.5.10). Inclusive, conforme foi apurado, orçamentos relativos a serviços específicos da pasta eram diligenciados pela própria Secretaria, sendo que as solicitações eram entregues ao Departamentos de Licitações pela Secretária Maira Medeiros Haggi ou pelo Diretor Carlos Alberto Silva de Oliveira (itens 3.5.2, 3.5.3, 3.5.8, 3.5.9 e 3.5.10). Quanto às irregularidades mencionadas sobre os orçamentos, são elas as seguintes: Os dois orçamentos supostamente apresentados por “Varasquim Construções Civil ME” se tratam, na realidade, de documentos falsos, cuja assinatura não é a do proprietário da empresa ali indicada (itens 3.1 e 3.5.1). Segundo a Secretária de Infraestrutura, Maira Medeiros Haggi, ela encontrou o orçamento em um envelope em sua mesa, não sabendo quem o entregou (item 3.5.10). Os orçamentos das empresas “Luciana Oliveira de Almeida da Silva ME” e de “Valdir Rosa Júnior ME”, por sua vez foram entregues à Secretária de Infraestrutura, Maira Medeiros Haggi, por João Onivaldo da Silva (conhecido como “Nivaldo”), seu cunhado, diante de pedido de auxílio dela (item 3.5.10). Ocorre que João Onivaldo da Silva é funcionário da empresa Reis e Filho S/S LTDA ME (itens 3.5.7 e 3.7), a qual veio a ser vencedora nas licitações investigadas. Vale mencionar que “Nivaldo”, além de ser cunhado da Secretária Maira Medeiros Haggi, é também primo do Prefeito Municipal, João Mattar Olivato. Quanto à empresa “Valdir Rosa Júnior ME”, constata-se que Valdir Rosa Júnior, seu proprietário, é primo de João Onivaldo da Silva e, em gravação, afirmou que “emprestou” seu CNPJ a “Nivaldo”. Vale ressaltar que essa pessoa jurídica tem como objeto a venda de “insulfilm”, não podendo, pois, prestar os serviços de aluguel de motocana (item 3.2). Quanto à empresa “Luciana Oliveira de Almeida ME”, por sua vez, pertence à cunhada de João Onivaldo, a qual trabalha no açougue Nova Era (item 3.5.4), localizado no Município de Salto Grande. Vale ressaltar que os Vereadores, em diligência a Salto

Grande, no endereço dessa pessoa jurídica encontraram uma residência, que não é da Sra. Luciana (item 3.2). O orçamento de Reis e Filho S/S LTDA ME, por sua vez, foi deixado no “Barracão” da Prefeitura Municipal pelo dono da empresa, Sr. José dos Reis Filho (itens 3.5.7 e 3.5.10) sendo que foi esta a empresa vencedora de todas as licitações (item 3.3). O Sr. José dos Reis Filho afirmou que desconhecia que seu funcionário estava pegando orçamentos para auxiliar a Secretária de Infraestrutura (item 3.5.7). Como é sabido, os orçamentos, nessa fase interna do procedimento licitatório, têm como finalidade averiguar o valor de mercado e fixar o valor máximo a ser pago pela Administração em futura licitação. Ocorre que, no que toca ao Pregão nº 08/2015 (item 3.3.1), Reis e Filho S/S LTDA ME foi a única sociedade empresária credenciada na sessão de pregão, o que ocasionou a sua vitória por preço ligeiramente abaixo da cotação, porém ainda abusivo e acima do mercado (R$ 235,00 a poda de árvore de médio porte; R$ 315,00 a poda de árvore de grande porte; e R$ 178,00 a poda de árvore de pequeno porte). Já no Pregão nº 19/2015 (item 3.3.3), duas empresas foram credenciadas para a fase de lances: Reis e Filho S/S LTDA ME e A D Vaz e Cia LTDA ME. Porém, a segunda apresentou apenas um lance, o qual foi coberto pela empresa Reis e Filho S/S LTDA ME, que se sagrou vencedora por preço ligeiramente abaixo da cotação, porém ainda abusivo e acima do mercado (R$ 95,50 a hora do aluguel da motocana). Observa-se, pois, que os orçamentos apresentados irregularmente foram determinantes para a contratação da empresa Reis e Filho S/S LTDA ME em preço acima do mercado. Mais um indício de favorecimento é que, conforme depoimento de Maykon Pereira Moreira (item 3.5.2), a Pregoeira Elismara Marteli de Souza já participou de reunião no prédio da Prefeitura Municipal, em particular, com representante da empresa Reis e Filhos S/S LTDA ME. Além disso, também segundo a testemunha Maykon Pereira Moreira (item 3.5.2), o Prefeito Municipal, João Mattar Olivato, pedia agilidade no trâmite da licitação da motocana. Outro ponto que deve ser salientado e que também é forte indício de direcionamento é o fato narrado pela Pregoeira Elismara Marteli de Souza (item 3.5.9). Após o início dos trabalhos desta Comissão, o que tornou público que os pregões em apreço estavam sendo investigados, a Sra, Elismara Marteli de Souza iniciou um levantamento nos processos licitatórios da Prefeitura Municipal, buscando outros processos em que foram utilizados orçamentos das empresas Varasquim Construção Civil ME, Luciana Oliveira de Almeida da Silva ME e Valdir Rosa Júnior ME. Após isso, a

Sra. Elismara afirmou que o pai da Secretária de Infraestrutura, César Haggi, braço direito do Prefeito Municipal, chamou-a para uma conversa na sala do Chefe de Gabinete, onde foi coagida para que não se pronunciasse ou investigasse os orçamentos. Em resumo, são vários os indícios de favorecimento das licitações para que a empresa Reis e Filho S/S LTDA ME se sagrasse vencedora e, não só isso, para a contratação fosse realizada por preço abusivo acima do mercado. Os orçamentos que fixaram o preço máximo dos pregões apresentam-se totalmente comprometidos, como afirmado, seja pela falsidade documental, seja pelo fato de que foram apresentados por empresas cujos proprietários são ligados ao cunhado da Secretária, João Onivaldo da Silva, que é funcionário da Reis e Filho S/S LTDA ME e primo do Prefeito Municipal. Além disso, durante a investigação desta Comissão, houve notícia de irregularidades em outros procedimentos licitatórios, fatos correlatos a esta investigação. Porém, em razão do pouco tempo restante de trabalho após o conhecimento de tais fatos, não puderam eles ser apurados no momento, ficando em aberto para posteriores atos de fiscalização do Legislativo Municipal. Conforme documentos apresentados por Elismara, há outros procedimentos licitatórios que, aparentemente, apresentam as mesmas irregularidades ora apontadas, quais sejam, orçamentos apresentados pelas empresas Varasquim Construção Civil ME e Luciana Oliveira de Almeida da Silva ME, com o consequente favorecimento a Reis e Filhos S/S LTDA ME, que se sagrou vencedor em todos os processos (itens 3.5.9 e 3.8). Houve também suspeita, por esta Comissão, de que a motocana adquirida por Reis e Filho S/S LTDA ME (item 3.6) fosse a mesma que já prestava serviços à Prefeitura Municipal em 2013. Inclusive, houve encaminhamento de ofício ao Secretário de Finanças solicitando informações, o qual respondeu que não é possível fazer a busca de pagamentos tendo como parâmetro o objeto de prestação de serviço (item 3.9). Da mesma forma, diante do pouco tempo de trabalho restante, a questão não pôde ser elucidada, ficando em aberto para futuras averiguações. Por fim, Maykon Pereira Moreira relatou diversas irregularidades por ele observadas quando trabalhou no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal (item 3.5.2). Afirmou que, em licitação atinente a aquisição de máquinas mediante recurso federal, havia contratos estavam sendo alterados após a sessão de pregão, ou seja, alterando-se a minuta publicada com o respectivo edital, a fim de beneficiar uma empresa em detrimento de outras. Ainda, disse que observou, em processos referentes a aquisição de material de limpeza,

a juntada de documentos e possíveis falsificações de assinaturas. Relatou, ainda, fato grave ocorrido nas dependências da Prefeitura Municipal. Afirmou que, atuando como Pregoeiro, ao desclassificar a empresa FUCAM em no Pregão nº 16/2014, referente à serralheria, o Prefeito Municipal o chamou em seu Gabinete e afirmou que ele não poderia ter feito isso, já que a Prefeitura Municipal possuía um débito em face da empresa FUCAM. Tais fatos surgidos em seu depoimento, correlatos à investigação ora finalizada, não puderam, por ora, ser apurados com rigor, em razão mais uma vez do curto tempo de trabalho restante à Comissão após a sua afirmação em depoimento, devendo, porém, ser investigados em outro momento pelo Legislativo Municipal. Por fim, vale ressaltar que esta Comissão empreendeu diversas diligências a fim de ouvir testemunhas relevantíssimas ao presente processo, quais sejam Luciana Oliveira de Almeida da Silva, Valdir Rosa Júnior e João Onivaldo da Silva. Os depoimentos dessas três testemunhas eram de extrema relevância para a Comissão averiguar a origem dos orçamentos constantes nos Pregões Presenciais nº 08/2015, 14/2015 e 19/2015. Entretanto, a testemunha Luciana Oliveira de Almeida da Silva, por meio do advogado, Dr. Almeirindo Barreiros Junior, ex-Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal (fls. 618 verso e 817 verso), apresentou 2 (dois) atestados médicos justificando a sua ausência nas oitivas (fls. 618 e 877). Ocorre que, de acordo com certidão do Vereador Rogério de Lima (fl. 871 verso), quando feita a segunda intimação, na data de 23 de novembro de 2015, a testemunha encontrava-se trabalhando normalmente em seu local de trabalho, o açougue Nova Era, no Município de Salto Grande. Ademais, é importante salientar que a testemunha se recusou a assinar a segunda intimação por recomendação de seu advogado e disse ainda que a presente investigação era uma “palhaçada”. Já a testemunha Valdir Rosa Junior deixou de comparecer na primeira oitiva marcada sem qualquer justificativa (fl. 619). Foi, então, redesignada nova data para oitiva, da qual a testemunha foi intimada verbalmente, uma vez que, conforme certidão do Vereador Rogério de Lima (fl. 869 verso), a testemunha também não assinou a intimação por recomendação de seu advogado e disse, ainda, que para ele a Comissão “não valia de nada” e que só compareceria para depor se houvesse uma intimação judicial. Mesmo sendo devidamente intimado, novamente o senhor Valdir não compareceu na data designada (fl. 872). Somente na data de 26 de novembro do corrente ano, o advogado Dr. Almeirindo Barreiros Júnior, ex-Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal (fl. 818 verso), trouxe, no

mesmo momento em que trouxe o atestado da testemunha Luciana, o atestado do senhor Valdir (fl. 878) para justificar sua ausência na oitiva do dia 24 de novembro de 2015 (fl. 872). Salienta-se que, estranhamente, o cirurgião dentista Fernando Ferreira da Silva atesta que o senhor Valdir esteve presente no consultório na data de 24 de novembro de 2015, dia da oitiva, mas preenche o atestado com data de 25 de novembro de 2015, o que gerou dúvidas desta Comissão do dia em que de fato o senhor Valdir esteve realizando tratamento dentário. Por fim, a presente Comissão, embora tenha designado por três vezes a oitiva do senhor João Onivaldo Júnior e tenha realizado diversas tentativas a fim de localizá-lo, não conseguiu êxito em nenhuma delas. Todos esses fatos impediram a Comissão de colher os depoimentos das referidas testemunhas e não houve tempo hábil para socorrer-se do Poder Judiciário. Tais são as irregularidades encontradas por esta Comissão Especial de Inquérito durante as investigações, devendo haver os devidos encaminhamentos e recomendações, a seguir especificados. Convite para Audiência Pública, dia 04 de dezembro de 2015, no Espaço Cultural. Solicitação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para votação do Plano de Carreira e Cargos dos Servidores. **ORDEM DO DIA:** Projeto de Lei nº 023/2015 – autor Executivo – Institui a Imprensa Oficial do Município de Cambará, Estado do Paraná, encarregado da publicidade dos atos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, bem como de suas autarquias e fundações e dá outras providências. – NÃO HOUVE DISCUSSÃO – APROVADO. **GRANDE EXPEDIENTE:** O vereador WALCIR JOAQUIM agradeceu a presença dos servidores públicos presente. Comentou sobre requerimentos: 1º) Solicitando melhorias na estrada rural do Bairro Água do Vieira; 2º) Solicitando que realizem a manutenção da Rodovia da Liberdade, bem como o empedramento das estradas que dão acesso a essa Rodovia. Agradeceu o Coronel Carlos Alberto, da Secretaria de Segurança Pública do Paraná pela resposta ao requerimento a ele encaminhado, se comprometendo em atender as melhorias solicitadas. Disse que em visita a Delegacia Civil observou que apesar das solicitações constantes para contratação de um Delegado para o município, esse se encontra há mais de 90 (noventa) dias sem o mesmo, sendo o serviço prestado pela Delegada que atua em Ribeirão Claro, ficando difícil o trabalho, destacando ser importante que se unam e façam um requerimento solicitando a contratação de um Delegado titular, além disso, comentou que há a deficiência de um escrivão. Comentou que o Deputado Jonas Guimarães pode estar sendo

enviando ainda este mês para o município uma verba no valor de R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil), além de terem conseguido um aparelho de raio x, por emenda do Deputado Evandro Junior, solicitando, então ao vereador Rogério Frutuoso que destine parte do valor recebido ao Posto de Saúde da Vila Rubim, para recuperação do mesmo. Comentou sobre o abaixo-assinado enviado pela comunidade do Posto de Saúde da Vila Rubim, dizendo que já conversou com a Secretária de Saúde sobre esse assunto e a mesma disse que as ordens foram repassadas pelo setor de RH, solicitando novamente que a equipe do local permaneça. Sobre o concurso, pediu atenção da Secretaria de Educação e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para que valorizem o Colégio Agrícola, ofertando vagas. O vereador ROGERIO FRUTUOSO comentou sobre o Posto de Saúde da Vila Rubim, o qual necessita de melhorias, dizendo ainda ser contra o rodizio de enfermeiras, devendo solicitar ao Prefeito ou responsável que não haja trocas para não prejudicar os moradores do bairro. Comentou que juntamente com os vereadores Rogério de Lima e Raffaello Frascati, foi escolhido para participar de uma CPI sobre a suspeita de falsificação de orçamentos no setor de Licitação, tendo sido realizados os levantamentos devidos, destacando que no parecer notaram que houve muitos erros, houve a falsificação, citando o caso do Sr. Clodoaldo Varasquim, o qual esteve presente na CPI e declarou nunca ter enviado orçamento à Prefeitura, sendo que há diversos orçamentos de sua empresa presentes nas Licitações, tendo, portanto, falsificação de assinaturas e falsificação dos dados da empresa, além de haver mais duas empresas de Salto Grande, sendo uma de insuflem e outra um açougue, além da Sra. Luciana ter apresentado dois atestados para não comparecer a CPI, destacando que o mais estranho é que acredita que ela não conhece o advogado que apresentou seu atestado nesta Casa de Leis, pois ele foi funcionário da Prefeitura Municipal, cargo comissionado. Destacou que outro fato que ocorreu no decorrer da Comissão, e acharam melhor colocar uma outra CP, pois é muito sério, conforme foi descrito no relatório. Disse, também, que a Secretária Maira relatou que o orçamento falsificado estava em cima de sua mesa, e que apenas o juntou ao Processo, não buscando saber de onde havia vindo. Comentou sobre requerimento solicitando ao Executivo Municipal que apliquem a progressão por titulação aos servidores públicos municipais estáveis, visando o desenvolvimento na carreira, conforme disposto no Plano de Carreira. Disse que os funcionários do Pronto Socorro cobraram lençol e toalha, pois não tem, destacando que não

estão liberando nem remédios já que não há. Comentou que em Dezembro, desde 2007, entra na conta R$28.000,00 (vinte e oito mil reais) para o PSS, indagando aonde esse valor vem sendo investido e por que não ratear o valor entre eles como forma de incentivo, além de ter mais R$17.000,00 (dezessete mil reais) do pessoal de endemias, valores esses que ficam parados, e que deveriam ser distribuído aos funcionários. O vereador RAFFAELLO FRASCATI comentou sobre as situações que vem sendo enfrentadas pelo Posto Central, citando inclusive a situação da enfermeira que está para ser transferida, solicitando que a mesma permaneça no Posto de Saúde. Sobre a Comissão de Inquérito fez alguns apontamentos, primeiramente disse que o Prefeito João Mattar é primo do Onivaldo, que por sua vez é funcionário da empresa Reis & Filho, ganhadora de todos os Pregões, ele ainda é cunhado da Secretária de Infraestrutura; segundo ponto, os orçamentos da Luciana e do Valdir, a Secretária Maira disse que seu cunhado foi quem os buscou, sendo que Luciana é cunhada do Sr. Onivaldo e trabalha em um açougue, e ao ser intimada ela apresentou atestado, o qual foi entregue pelo ex-Chefe de Gabinete do Prefeito, indagando como ela sendo de Salto Grande o conhece, além disso, o Sr. Valdir, é primo do Onivaldo, ao ser indagando sobre o orçamento no começo do ano, disse que havia emprestado seu CNPJ, o qual foi usado para participar das Licitações; foi indagado ao proprietário da empresa Reis & Filho se ele sabia que seu funcionário estava vendo orçamentos para a Secretária e ele disse que não sabia que seu funcionário a estava ajudando; disse que o intrigante, também, é que a Pregoeira, Elismara, ao saber que o Varasquim havia afirmado que nunca apresentou orçamento para a Prefeitura Municipal, resolveu levantar outros Pregões que o mesmo havia participado, então ela disse que o pai da Secretária Maira, Sr. César Haggi, à chamou na sala do Chefe de Gabinete e a acuou lá dentro, mandando que parasse com isso. Comentou, ainda, que a motocana, que atualmente é da empresa Reis & Filho, prestava serviços para a Prefeitura em 2013, e pertencia ao Wilson Furlan, da empresa São Jorge, destacando a coincidência. Pediu a imprensa cambaraense que dê abertura ao ex-Prefeito Neto, pois o Prefeito e alguns vereadores vão até os programas e dizem que a Prefeitura estava quebrada, solicitando a esses que mostrem isso em documentos, tendo em vista ser uma inverdade, já que a Prefeitura foi entregue com mais de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) na conta, com todas as certidões corretas, enfatizando que as contas do ex-Prefeito Neto foram todas aprovadas por unanimidade nesta Casa de Leis. Sobre a

arrecadação, dizem que a arrecadação caiu, no entanto, em 2012 havia aproximadamente R$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) de arrecadação, em 2013 arrecadou R$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), no ano de 2014 foram R$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) arrecadados, então o valor vem subindo, sendo que por enquanto em 2015 já foram arrecadados R$46.500.000,00 (quarenta e seus milhões e quinhentos mil reais), sendo mentira, portanto, que não estão fazendo nada porque caiu o orçamento. O vereador RENATO RODRIGUES FERREIRA disse que vê o trabalho da Comissão de Inquérito Parlamentar sendo feito e colocado nesta Casa de Leis, mas pediu cuidado, pois ninguém é culpado enquanto não há trânsito em julgado, dizendo que acha “malandro” uma palavra pesada até se apurar os fatos, mostrando-se totalmente conivente com uma investigação e que os culpados sejam punidos, pois a responsabilidade em cima do dinheiro público é muito grande, parabenizando, então, pelo levantamento, sendo que agora será apurado pelo Ministério Público, ou, ainda, por uma possível Comissão Processante que possa entrar nesta Casa de Leis. Parabenizou o trabalho dos Agentes de Endemias do município de Cambará em relação ao combate a dengue, comentando que lhe disseram que se não houver ajuda do Governo Estadual e também da população irá ter óbitos no mês de Janeiro do próximo ano, sendo importante a conscientização do Poder Público e da população, cada um fazendo sua parte. Comentou sobre reuniões que ocorrerão dia 01º e 02 de dezembro, solicitando aos edis que estejam presentes, pois serão debatidos os Projetos de Lei, que são de responsabilidade dos vereadores, sendo imprescindível a presença de todos. Falou sobre a mudança do Posto de Saúde, dizendo que em sua concepção não deveria mudar nenhum dos Postos de Saúde, mas às vezes há algo que atinge uma necessidade para que isso ocorra. Disse que há um abaixo-assinado em relação ao Loteamento do Conjunto Santa Maria, sobre o asfalto do local, destacando que quem fez esse abaixo-assinado se equivocou, pois loteamentos são deliberações do Executivo e não passam por votações nesta Casa de Leis. Sobre a Comissão de Inquérito disse ser importante lembrar que na Licitação da Roçagem alguns vereadores estiveram presentes e houve mais de um concorrente, é importante dizer, portanto, que o cancelamento do Processo Licitatório demanda tempo e o município não tem esse tempo. O vereador CLAUDINEI GUIMARÃES TIRONI disse ser uma alegria a presença dos servidores reivindicando a não mudança dos profissionais do Posto de Saúde da Vila Rubim, dizendo ficar feliz por uma equipe

unida. Cobrou do Executivo Municipal uma indicação feita, solicitando que notifiquem a empresa CIMENTEC, responsável pelo Loteamento Residencial Santa Maria, para que cumpram suas obrigações contratuais, citando inclusive o abaixo-assinado entregue pelos moradores do local, enfatizando, por mim, que como fiscalizadores não podem deixar que uma empresa faça um loteamento e deixe uma infraestrutura de péssima qualidade, ou seja, uma sequela pro município, destacando estar aqui para prezar pelo dinheiro público, por sonhar com uma cidade de qualidade. Comentou que ao ser indagado sobre partido político diz que todos os partidos são bons, mas que há pessoas ruins. Sobre o laboratório municipal, disse que no início do mandato havia dificuldades com o laboratório, na precisão dos exames, por esse motivo se decidiu pelo fechamento temporário do laboratório, destacando que juntos devem conseguir recursos para que o mais breve possível seja colocado em prática o laboratório com equipamentos modernos, com qualidade nos exames, visando atender a população. Comentou sobre indicação feita acerca do Espaço Cultural, solicitando os vereadores, ao Executivo, que olhem com bons olhos para o local, pois a cultura, o esporte, a religião, fazem cidadãos do bem, devendo o local ser bem cuidado, principalmente em sua estrutura física, tendo solicitado via indicação melhorias com relação às goteiras, e foi atendido, sendo feita uma remodelagem e pintura do Espaço Cultural, agradecendo. O vereador JOÃO ANTÔNIO TINELLI comentou sobre o Projeto de Lei nº. 012/2015, onde faz a reestruturação para valorizar os funcionários públicos do município, sendo um Projeto complexo e que se encontra para analise das Comissões, crendo que serão feitas reuniões para que consigam agilizar esse Processo. Comentou sobre a Unidade de Saúde da Vila Rubim, dizendo que a equipe está sincronizada e agora querem mexer. Comentou sobre requerimento solicitando melhorias nas estradas rurais que necessitam de manutenção. Comentou sobre requerimento solicitando a manutenção da Rodovia da Liberdade. Disse ser importante que a equipe de endemias venha até essa Casa de Leis explanarem sobre a dengue, e demais epidemias que possam vir a atingir o município, destacando a importância de cada munícipe contribuir com a manutenção, fazendo a sua parte. Parabenizou o Subtenente pela formatura do Tiro de Guerra. Comentou que houve também e entrega de Medalha Mérito Estudantil, realizada pela Maçonaria Jacques de Molay, sendo premiado 06 (seis) jovens estudantes, parabenizando todos os membros desta loja, que deram oportunidade a esses jovens. Disse ficar contente por ver o terreno em

frente à Praça praticamente limpo para a construção do Hotel Bourbon, o qual irá gerar empregos no município. Além disso, já iniciou a terraplanagem do terreno onde será construído o complexo dos três S, bem como 12 (doze) salas de aula no Colégio Vezozzo e mais 02 (duas) salas de aula para atender as crianças de 04 (quatro) anos e Ensino Médio. Comentou que foi reativada a construção da Escola Ignez Panichi Hamzé, que será concluída provavelmente até maio de 2016. Disse que serão retomadas também as obras do Colégio Estadual Professor Silvio Tavares. Comentou sobre o concurso público que terá o edital lançado entre o dia 01º e dia 10 de janeiro, para realizarem as provas, havendo necessidade urgente, principalmente na área da educação, pois sem isso não há como dar início ao ano letivo. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: O vereador WALCIR JOAQUIM parabenizou o vereador Tuta pela indicação do Espaço Cultural, lembrando que há uma Lei já sancionada para que haja avaliação periódica nos prédios municipais, ao menos duas vezes ao ano. Comentou que houve reunião do Comitê da Dengue e foi dito que o veneno é o suficiente para ser aplicado e aquele veículo que passa o fumacê é designado no município quando for necessário e a partir do dia 11 será feito um mutirão de limpeza, sendo primeiro no Bairro Ignez Panichi. O vereador RENATO RODRIGUES FERREIRA disse que algumas pessoas estão fazendo trabalhos com relação à limpeza dos parques, para minimizar essa situação encontrada no município hoje, parabenizando esses funcionários. Comentou sobre o SINDSERV que colocou a reivindicação dos servidores públicos, solicitando que o projeto seja votado antes do recesso da Câmara Municipal. Sobre o concurso público, disse que o mesmo está planejado, mas depende de Projetos que estão tramitando nesta Casa de Leis. Acerca do precatório disse que o mesmo não começou a ser pago, mas nas reuniões da LOA foi dito que o orçamento foi separado para o ano de 2016, no entanto, alguns vereadores não participam das reuniões e dizem coisas sem sentido. Agradeceu ao vereador João Antônio Tinelli que representou a Câmara Municipal na premiação das crianças na maçonaria. Com relação a Comissão de Inquérito, ela deve ser sempre direcionada ao pré-requisito do orçamento, antes de ser feita a Licitação em si, dizendo crer que os trâmites da Licitação não foram contaminados, pois há funcionários competentes e sabem realizar seu trabalho devidamente. Disse que o que foi comentado pelo vereador Rogério Frutuoso sobre divida com a COPEL estava errado, pois ela tem uma divida do município em relação a um percentual, o qual foi parcelado e esta sendo

pago, já com a SANEPAR a dívida é de R$700.000,00 (setecentos mil reais), estando em negociação. O vereador CLAUDINEI GUIMARÃES TIRONI comentou sobre o empreendimento do Hotel Bourbon, que é um privilégio para o município, e levará o nome da cidade para o mundo. Comentou que hoje se vive uma situação de alerta pela dengue, solicitando que a população fiscalize os terrenos, a fim de erradicar a dengue. Falou sobre indicação feita para acessibilidade da Casa do Velório, citando que no local houve grandes avanços, mas a acessibilidade ainda não foi realizada. O vereador JOÃO ANTÔNIO TINELLI disse que está um caos a piscina do Conjunto Ignez Panichi, havendo necessidade de providências sérias no local, antes que o mosquito tome proporções maiores. Não tendo mais nada a se tratar, presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a presente sessão.